

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 e a CPMF: dupla tragédia

**Esperávamos,
da proposta
apresentada, pelo
menos 20 bilhões a
mais em recursos
para a Saúde, a
partir de 2008.
Ofereceram-nos 4
bilhões e a CPMF**



A Emenda Constitucional 29 aprovada pela Câmara dos Deputados resulta insuficiente e se faz apresentada como moeda de troca. Os recursos terão como fonte a arrecadação da CPMF, que também depende de votação favorável do Senado Federal para ser prorrogada. A saúde do cidadão brasileiro é usada para chantagear os parlamentares, forçando-os a aprovar a CPMF. Uma imoralidade.

Quatro bilhões não representam acréscimo relevante no orçamento da saúde de 2008 e deixam o sistema de saúde em risco de iminente colapso. O Brasil permanecerá sendo um dos países do mundo que menos investem por habitante em saúde.

A Emenda 29 estabeleceu, em 2000, os percentuais de investimentos mínimos das três esferas governamentais: federação, estados e municípios. Determinou-se que a União deveria aplicar, no mesmo ano de 2000, 5% a mais do investido em 1999 e que nos anos seguintes o valor seria corrigido pela variação nominal do PIB. Do outro lado, os estados ficaram obrigados a aplicar 12% da arrecadação de impostos, e os municípios, 15%.

Tratava-se de uma normativa transitória que deveria vigorar apenas até 2004, mas que ainda continuava valendo em virtude da não aprovação do projeto de lei complementar (PLP) 01/2003, de autoria do ex-deputado Roberto Gouveia. Este PLP define também as ações e serviços específicos da saúde, de forma a acabar com os contumazes desvios de recursos para outros setores. Determinava ainda à União que destinasse à saúde 10% de suas receitas correntes brutas.

O texto aprovado no dia 31 de outubro, um substitutivo de autoria do deputado Guilherme Menezes (PT-BA), muda, entretanto, o texto original do PLP 01/2003 no que se refere ao repasse de 10% da receita bruta da

União e que elevaria já em 2008 o investimento em saúde em mais de 20

bilhões. O projeto modificado estabelece, a priori, que o sistema de saúde receberá uma verba extra de R\$ 24 bilhões em quatro anos, sendo R\$ 4 bilhões em 2008, R\$ 5 bilhões em 2009, R\$ 6 bilhões em 2010 e R\$ 9 bilhões em 2011.

Resta-nos a indignação pelo desrespeito que se tem pela saúde dos cidadãos de nosso País. Até quando sere-mos humilhados?

Dr. José Luiz Gomes do Amaral é presidente da Associação Médica Brasileira